

# SUMÁRIO

---

*Nota à 15ª edição, 21*  
*Nota à 14ª edição, 22*  
*Nota à 13ª edição, 23*  
*Nota à 12ª edição, 24*  
*Nota à 11ª edição, 25*  
*Nota à 10ª edição, 26*  
*Nota à 9ª edição, 27*  
*Nota à 8ª edição, 28*  
*Nota à 7ª edição, 29*  
*Nota à 6ª edição, 30*  
*Nota à 5ª edição, 31*  
*Nota à 4ª edição, 32*  
*Nota à 3ª edição, 33*  
*Nota à 2ª edição, 34*  
*Prefácio à 1ª edição, 35*

**1 DIREITO CONSTITUCIONAL, 37**

- 1 Constitucionalismo, 37
- 2 Conceito de constituição, 38
- 3 Classificação das constituições, 39
  - 3.1 Quadro geral, 39
  - 3.2 Quanto ao conteúdo: constituições materiais, ou substanciais, e formais, 39
  - 3.3 Quanto à forma: constituições escritas e não escritas, 40
  - 3.4 Quanto ao modo de elaboração: constituições dogmáticas e históricas, 40
  - 3.5 Quanto à origem: constituições promulgadas (democráticas, populares) e outorgadas, 41
  - 3.6 Quanto à estabilidade: constituições imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas, 41
  - 3.7 Quanto à sua extensão e finalidade: constituições analíticas (dirigentes) e sintéticas (negativas, garantias), 42
  - 3.8 Constituição Federal de 1988, 42
  - 3.9 Outras classificações, 42
- 4 Aplicabilidade das normas constitucionais, 43
  - 4.1 Normas constitucionais de eficácia plena, contida e limitada, 43
  - 4.2 Normas constitucionais com eficácia absoluta, plena, relativa restrigível e relativa complementável ou dependentes de complementação, 43

- 4.3 Normas programáticas, 45
- 5 Interpretação das normas constitucionais, 45
  - 5.1 Interpretação conforme a Constituição, 47
  - 5.2 Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto, 49
- 6 Preâmbulo constitucional, 50
- 7 Fundamentos da República Federativa do Brasil, 52
- 8 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, 53
- 9 Princípios de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil, 54
  - 9.1 Asilo político, 55
- 2 PODER CONSTITUINTE, 56
  - 1 Conceito e finalidade, 56
  - 2 Titularidade do poder constituinte, 56
  - 3 Espécies de poder constituinte, 57
  - 4 Poder constituinte originário, 57
    - 4.1 Conceito, 57
    - 4.2 Formas de expressão do poder constituinte originário, 57
    - 4.3 Características do poder constituinte originário, 58
  - 5 Poder constituinte derivado, 59
    - 5.1 Conceito e características, 59
    - 5.2 Espécies de poder constituinte derivado, 59
- 3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 60
  - 1 Finalidade. Direitos fundamentais como direitos de defesa, 60
    - 1.1 Classificação dos direitos fundamentais, 61
  - 2 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 62
    - 2.1 Relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, 62
  - 3 Direitos e garantias individuais, 63
    - 3.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 63
    - 3.2 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 64
  - 4 Destinatários da proteção, 64
  - 5 Direito à vida, 65
  - 6 Princípio da igualdade, 66
    - 6.1 Princípio da igualdade e limitação de idade em concurso público, 68
    - 6.2 Tratamento isonômico entre homens e mulheres (art. 5º, I), 69
      - 6.2.1 Critérios de admissão para concurso público, 69
      - 6.2.2 Critérios para admissão de emprego, 69
      - 6.2.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 69
  - 7 Princípio da legalidade, 71
    - 7.1 Princípios da legalidade e da reserva legal, 71
  - 8 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 73
  - 9 Liberdade de pensamento, direito de resposta e responsabilidade por dano material, moral ou à imagem (art. 5º, IV e V), 74
  - 10 Liberdade de consciência, crença religiosa, convicção filosófica ou política e escusa de consciência (art. 5º, VI e VIII), 74
    - 10.1 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 75
    - 10.2 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 76
    - 10.3 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 77
    - 10.4 Religião e cultura, 77
    - 10.5 Assistência religiosa, 77

- 11 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 78
  - 11.1 Direito de resposta ou de réplica, 79
- 12 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (art. 5º, IX), 80
- 13 Inviolabilidade à intimidade, vida privada, honra e imagem, 81
- 14 Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI), 83
  - 14.1 Questão do dia e da noite, 84
  - 14.2 Violação de domicílio por decisão administrativa ou parlamentar. Impossibilidade – cláusula de reserva jurisdicional, 84
  - 14.3 Inviolabilidade domiciliar e fisco, 85
- 15 Sigilo de correspondência e de comunicação (art. 5º, XII), 86
  - 15.1 Possibilidade de interceptação telefônica, 87
  - 15.2 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 88
  - 15.3 Gravação clandestina, 90
- 16 Inviolabilidade de dados (art. 5º, X e XII): sigilos bancário e fiscal, 92
  - 16.1 Inviolabilidade constitucional da privacidade e do sigilo de dados, 92
  - 16.2 Características básicas das garantias dos sigilos bancário e fiscal, 94
  - 16.3 Possibilidade de quebra do sigilo por parte do Ministério Público, 96
  - 16.4 Supremo Tribunal Federal: sigilo/Ministério Público, 98
  - 16.5 Inviolabilidade à intimidade e sigilo de dados como cláusulas pétreas da Constituição Federal, 99
  - 16.6 Comissão Parlamentar de Inquérito e sigilo, 99
- 17 Direito de reunião (art. 5º, XVI), 100
  - 17.1 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 101
  - 17.2 Tutela do direito de reunião, 102
- 18 Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX E XXI), 102
  - 18.1 Finalidade lícita, 102
  - 18.2 Caráter paramilitar, 103
  - 18.3 Vedação de interferência estatal, 103
  - 18.4 Conteúdo do direito de associação, 103
  - 18.5 Dissolução das associações, 104
  - 18.6 Representação dos associados, 104
- 19 Apreciação de lesão ou ameaça de direito pelo poder judiciário (art. 5º, XXXV), 105
  - 19.1 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 105
  - 19.2 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 105
  - 19.3 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 106
- 20 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada (art. 5º, XXXVI), 107
- 21 Princípio do juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII), 109
  - 21.1 Justiças especializadas e tribunais de exceção, 109
  - 21.2 Tribunais de ética e tribunais de exceção, 110
- 22 Tribunal do júri (art. 5º, XXXVIII), 110
  - 22.1 Plenitude de defesa, 110
  - 22.2 Sigilo de votações, 110
  - 22.3 Soberania dos veredictos e possibilidade de apelação, 111
  - 22.4 Competência constitucional do Tribunal de júri, 111
- 23 Extradicação (art. 5º, LI e LII), 114
  - 23.1 Hipóteses constitucionais para a extradicação, 115
  - 23.2 Requisitos infraconstitucionais para a extradicação, 116
  - 23.3 Procedimento e decisão, 117
  - 23.4 Prisão preventiva por extradicação, 119
  - 23.5 Atuação do judiciário na extradicação, 119

- 23.6 Extradicação, princípio da especialidade e pedido de extensão, 120
- 23.7 Extradicação e expulsão, 120
- 23.8 Possibilidade de extradicação ou expulsão de pessoa casada com brasileiros ou com filhos brasileiros, 123
- 23.9 Extradicação e deportação, 123
- 23.10 Expulsão e deportação de brasileiros, 123
- 23.11 Desnecessidade de comutação da pena de prisão perpétua, 124
- 24 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5º, LIV e IV), 124
  - 24.1 Inquérito policial e contraditório, 125
- 25 Provas ilícitas (art. 5º, LVI), 125
  - 25.1 Provas derivadas das provas ilícitas, 128
  - 25.2 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 130
  - 25.3 Princípios da publicidade e moralidade administrativa e provas ilícitas, 132
- 26 Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII), 133
- 27 Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX), 134
- 28 Prisão civil, 135
- 29 Rol exemplificativo, 136
- 30 Direitos fundamentais e tratados internacionais, 137

#### 4 TUTELA CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES, 138

- 1 *Habeas corpus*, 138
  - 1.1 Origem, 138
  - 1.2 Conceito e finalidade, 139
  - 1.3 Natureza jurídica, 141
  - 1.4 Garantia constitucional da liberdade de locomoção, 141
  - 1.5 Legitimidade ativa, 143
  - 1.6 Legitimidade passiva, 145
  - 1.7 Hipóteses e espécies, 145
    - 1.7.1 *Habeas corpus* preventivo (salvo-conduto), 145
    - 1.7.2 *Habeas corpus* liberatório ou repressivo, 145
    - 1.7.3 Liminar em *habeas corpus*, 145
  - 1.8 Possibilidade de supressão, 146
  - 1.9 *Habeas corpus* e assistente, 146
  - 1.10 Excesso de prazo, 146
  - 1.11 *Habeas corpus* impetrado contra coação ilegal atribuída à Turma do Supremo Tribunal Federal, 147
  - 1.12 *Habeas corpus* contra ato único ou colegiado de tribunais regionais federais ou estaduais, 147
  - 1.13 *Habeas corpus* contra ato ilegal imputado a promotor de justiça, 150
  - 1.14 *Habeas corpus* contra ato da Turma Recursal nos Juizados Especiais Criminais, 150
  - 1.15 *Habeas corpus* contra ato do juiz especial nos Juizados Especiais Criminais, 151
  - 1.16 *Habeas corpus* e recursos ordinários – concomitância, 151
  - 1.17 *Habeas corpus* – substituição de recurso ordinário constitucional prevista para denegação da ordem – viabilidade, 152
  - 1.18 *Habeas corpus* e punições disciplinares militares, 153
  - 1.19 Empate no *habeas corpus*, 153
- 2 *Habeas data*, 154
  - 2.1 Conceito, 154
  - 2.2 Natureza jurídica, 154
  - 2.3 Finalidade, 154

- 2.4 Cabimento, 155
- 2.5 Legitimação ativa, 157
- 2.6 Legitimação passiva, 158
- 2.7 Procedimento (Lei nº 9.507/97), 158
- 2.8 Direito ao conhecimento e à retificação, 160
- 2.9 Competência, 161
- 2.10 *Habeas data* e dados sigilosos, 162
- 3 Mandado de segurança, 164
  - 3.1 Conceito e finalidade, 164
  - 3.2 Espécies, 164
  - 3.3 Natureza jurídica, 165
  - 3.4 Cabimento do mandado de segurança, 165
  - 3.5 Conceito de direito líquido e certo, 167
  - 3.6 Legitimação ativa – impetrante, 167
  - 3.7 Legitimação passiva – impetrado, 169
  - 3.8 Prazo para impetração do mandado de segurança, 170
  - 3.9 Competência, 171
  - 3.10 Competência do mandado de segurança contra atos e omissões de tribunais, 171
  - 3.11 Mandado de segurança e liminares, 172
- 4 Mandado de segurança coletivo, 174
  - 4.1 Conceito, 174
  - 4.2 Finalidade, 174
  - 4.3 Objeto, 174
  - 4.4 Legitimação ativa e passiva, 175
  - 4.5 Beneficiários, 178
  - 4.6 Mandado de segurança coletivo e individual, 179
- 5 Mandado de injunção, 179
  - 5.1 Histórico, 179
  - 5.2 Conceito, 180
  - 5.3 Objeto do mandado de injunção, 180
  - 5.4 Requisitos, 182
  - 5.5 Legitimidade ativa, 182
  - 5.6 Legitimidade passiva, 182
  - 5.7 Procedimento, 183
  - 5.8 Competência, 183
  - 5.9 Decisão e efeitos do mandado de injunção, 185
- 6 Direito de certidão, 190
- 7 Direito de petição, 191
  - 7.1 Histórico e conceito, 191
  - 7.2 Natureza, 191
  - 7.3 Legitimidade ativa e passiva, 191
  - 7.4 Finalidade, 192
- 8 Ação popular, 192
  - 8.1 Conceito, 192
  - 8.2 Finalidade, 193
  - 8.3 Requisitos, 193
  - 8.4 Objeto, 193
  - 8.5 Legitimação ativa, 194
  - 8.6 Legitimação passiva, 195
  - 8.7 Natureza da decisão, 196
  - 8.8 Competência, 196
  - 8.9 Sentença e coisa julgada, 196

9 Texto integral dos direitos e garantias individuais da Constituição Federal de 1988, 197

## 5 DIREITOS SOCIAIS, 203

1 Conceito e abrangência, 203

2 Direito à segurança no emprego, 204

3 Rol dos direitos sociais, 205

4 Liberdade de associação profissional ou sindical, 208

4.1 Conceituação, 208

4.2 Classificação dos direitos sindicais, 208

4.3 Contribuições confederativa e sindical – diferenças e exigibilidade, 210

5 Direito de greve, 211

## 6 DIREITO DE NACIONALIDADE, 214

1 Conceito, 214

2 Definições relacionadas à matéria, 214

3 Espécies de nacionalidade, 215

4 Brasileiros natos, 215

4.1 Critérios de atribuição de nacionalidade originária, 215

5 Hipóteses de aquisição originária, 216

5.1 Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, 216

5.2 Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, 217

5.3 Nacionalidade potestativa: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, 218

5.4 Opção, 219

5.5 Hipótese suprimida pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 7-6-1994 – *ius sanguinis* + registro, 220

6 Brasileiro naturalizado, 221

6.1 Espécies de naturalização, 221

6.1.1 Naturalização tácita ou grande naturalização, 222

6.1.2 Naturalização expressa, 222

6.2 Radicação precoce e curso superior, 225

7 Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado, 226

7.1 Brasileiro nato e naturalizado – diferenças, 227

7.2 Cargos, 227

7.3 Função, 228

7.4 Extradicação, 228

7.5 Direito de propriedade/manifestação de pensamento/informação, 228

8 Perda do direito de nacionalidade, 229

8.1 Ação de cancelamento de naturalização, 230

8.2 Naturalização voluntária, 230

8.2.1 Regra constitucional, 230

8.2.2 Exceções constitucionais, 231

## 7 DIREITOS POLÍTICOS, 233

1 Conceito, 233

2 Direitos políticos, 233

3 Núcleo dos direitos políticos – direito de sufrágio, 234

3.1 Conceituação, 234

3.2 Classificação, 235

- 4 Capacidade eleitoral ativa, 235
  - 5 Direito de voto, 236
    - 5.1 Natureza do voto, 236
    - 5.2 Caracteres do voto, 236
  - 6 Plebiscito e referendo: exercício do direito de voto, 238
  - 7 Elegibilidade, 238
    - 7.1 Conceito, 238
    - 7.2 Condições, 238
  - 8 Direitos políticos negativos, 240
    - 8.1 Conceito, 240
    - 8.2 Inelegibilidades, 240
    - 8.3 Quadro de inelegibilidades, 241
    - 8.4 Inelegibilidade absoluta, 241
    - 8.5 Inelegibilidade relativa, 241
      - 8.5.1 Por motivos funcionais, 242
      - 8.5.2 Por motivos de casamento, parentesco ou afinidade, 252
        - 8.5.2.1 Inelegibilidade reflexa e renúncia do detentor de mandato executivo, 254
      - 8.5.3 Militar, 255
      - 8.5.4 Previsões de ordem legal, 256
  - 9 Privação dos direitos políticos, 256
    - 9.1 Perda, 257
      - 9.1.1 Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º), 257
      - 9.1.2 Escusa de consciência, 258
      - 9.1.3 Outros casos de perda, 259
    - 9.2 Suspensão, 259
      - 9.2.1 Incapacidade civil absoluta, 260
      - 9.2.2 Condenação criminal com trânsito em julgado enquanto durarem seus efeitos, 260
      - 9.2.3 Improbidade administrativa, 265
  - 10 Partidos políticos, 265
  - 11 Língua e símbolos oficiais, 266
- 8 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 268
- 1 Regras de organização, 268
    - 1.1 Adoção da federação, 268
    - 1.2 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 270
    - 1.3 Capital Federal, 270
    - 1.4 União, 271
    - 1.5 Estados-membros, 272
      - 1.5.1 Autonomia estadual, 272
      - 1.5.2 Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, 275
    - 1.6 Municípios, 276
      - 1.6.1 Lei orgânica municipal, 276
      - 1.6.2 Prefeito municipal – responsabilidade criminal e política, 279
      - 1.6.3 Vereadores – imunidade material, 282
    - 1.7 Distrito Federal, 284
    - 1.8 Territórios, 284
    - 1.9 Formação dos Estados, 285
      - 1.9.1 Fusão (incorporação entre si), 286
      - 1.9.2 Subdivisão, 286

- 1.9.3 Desmembramento, 286
- 1.10 Formação de municípios, 287
- 1.11 Vedações constitucionais de natureza federativa, 288
- 2 Repartição de competências, 290
  - 2.1 Conceito, 290
  - 2.2 Princípio básico para a distribuição de competências – predominância do interesse, 290
  - 2.3 Repartição em matéria administrativa, 291
    - 2.3.1 Quadro geral, 291
    - 2.3.2 Competências administrativas da União, 291
    - 2.3.3 Competências administrativas dos Estados-membros, 293
    - 2.3.4 Competências administrativas dos municípios, 293
    - 2.3.5 Competências administrativas do Distrito Federal, 294
    - 2.3.6 Competência administrativa comum, 294
  - 2.4 Repartição em matéria legislativa, 295
    - 2.4.1 Quadro geral de repartição de competência legislativa, 295
- 3 Intervenção, 306
  - 3.1 Parte geral, 306
  - 3.2 Intervenção federal, 308
    - 3.2.1 Quadro geral, 308
    - 3.2.2 Hipóteses, 308
    - 3.2.3 Procedimento de intervenção federal, 309
  - 3.3 Intervenção estadual nos municípios, 312
- 9 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 313
  - 1 Conceito, 313
  - 2 Princípios constitucionais da administração pública, 314
    - 2.1 Princípio da legalidade, 314
    - 2.2 Princípio da impessoalidade, 315
    - 2.3 Princípio da moralidade, 315
    - 2.4 Princípio da publicidade, 317
    - 2.5 Princípio da eficiência, 317
      - 2.5.1 Introdução, 317
      - 2.5.2 Princípio da eficiência e direito comparado, 318
      - 2.5.3 Conceito, 319
      - 2.5.4 Características do princípio da eficiência, 321
      - 2.5.5 Aplicabilidade e fiscalização, 324
  - 3 Preceitos de observância obrigatória a administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, 326
    - 3.1 Fixação do teto salarial do funcionalismo, 329
  - 4 Concurso público, 331
  - 5 Direitos sociais dos servidores públicos civis (livre associação sindical e greve), 335
  - 6 Servidor público e data-base – princípio da periodicidade, 338
  - 7 Cumulação de vencimentos no setor público, 339
  - 8 Licitação: interpretação de acordo com a finalidade constitucional, 343
    - 8.1 Da necessidade da licitação, 343
    - 8.2 Das hipóteses excepcionais de ausência de licitação, 344
    - 8.3 Da dispensa da licitação, 345
    - 8.4 Da inexigibilidade da licitação, 345
    - 8.5 Conclusão, 346
  - 9 Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, 346
  - 10 Improbidade administrativa, 349



- 11 Ação civil pública por ato de improbidade, 349
- 12 Responsabilidade civil objetiva do poder público, 352
  - 12.1 Responsabilidade civil do poder público por danos causados a alunos no recinto de estabelecimento oficial de ensino, 354
- 13 Servidor público e mandato eletivo, 355
- 14 Sistema remuneratório do servidor público, 355
- 15 Regra geral de aposentadoria do servidor público civil, 357
  - 15.1 Fixação e atualização dos proventos de aposentadoria (EC nº 41/03), 359
  - 15.2 Pensão por morte de servidor público, 361
  - 15.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária proporcional, 363
    - 15.3.1 Regra de transição e magistrados, membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, 364
    - 15.3.2 Regra de transição para professor, 365
  - 15.4 Regime de previdência complementar no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, 365
  - 15.5 Servidores públicos e contribuição previdenciária, 366
  - 15.6 Quadro geral sobre previdência dos servidores públicos civis, 368
  - 15.7 Emenda Constitucional nº 41/03 e o respeito aos direitos adquiridos, 369
  - 15.8 Previdência Social e direitos adquiridos, 369
- 16 Estabilidade do servidor público civil, 370
- 17 Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, 372
- 18 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e cargo público civil, 373
  - 18.1 Cargo público civil permanente, 373
  - 18.2 Cargo, emprego ou função pública temporária, 374
- 19 Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios e Direitos Sociais, 374
- 20 Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 41/03, teto salarial e respeito aos direitos adquiridos, 375

## 10 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 382

- 1 Separação das funções estatais – limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 382
  - 1.1 Introdução, 382
  - 1.2 Funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 383
  - 1.3 Funções estatais: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Ministério Público, 386
  - 1.4 Conclusão inicial, 387
- 2 Poder legislativo, 388
  - 2.1 Funções, 388
  - 2.2 Congresso Nacional, 388
  - 2.3 Câmara dos Deputados, 391
    - 2.3.1 Suplência e permanência no partido, 393
  - 2.4 Senado Federal, 393
  - 2.5 Função típica – fiscalização. Comissões parlamentares de inquérito, 395
    - 2.5.1 Limitações constitucionais às Comissões Parlamentares de Inquérito, 396
  - 2.6 Tribunal de Contas, 404
    - 2.6.1 Conceito, funções e finalidades, 404
    - 2.6.2 Tribunal de Contas – escolha pelo Presidente da República (1/3), 405
    - 2.6.3 Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais, 406
    - 2.6.4 Tribunal de Contas e rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo, 408
  - 2.7 Estatuto dos congressistas, 408

- 2.7.1 Introdução, 408
- 2.7.2 Finalidade democrática, 409
- 2.7.3 Histórico, 409
- 2.7.4 Conceito de imunidades, 413
- 2.7.5 Imunidades materiais, 413
- 2.7.6 Imunidade formal – definição histórica, 417
- 2.7.7 Imunidade formal em relação à prisão, 418
- 2.7.8 Imunidade formal em relação ao processo nos crimes praticados após a diplomação, 419
- 2.7.9 Prerrogativa de foro em razão da função, 425
- 2.7.10 Vencimentos dos parlamentares, 426
- 2.7.11 Deputados Federais/Senadores da República e Forças Armadas, 427
- 2.7.12 Parlamentar e obrigação de testemunhar, 427
- 2.7.13 Irrenunciabilidade das imunidades, 428
- 2.7.14 Imunidades e Parlamentar licenciado para exercício de cargo executivo (Ministro de Estado, Secretário de Estado), 428
- 2.7.15 Incompatibilidades, 429
- 2.7.16 Perda do mandato, 429
- 2.7.17 Conclusão, 431
- 3 Poder executivo, 433
  - 3.1 Estrutura do Poder Executivo, 436
    - 3.1.1 Chefe de Estado e Chefe de Governo, 436
    - 3.1.2 Modo de investidura e posse no cargo de Presidente da República, 436
    - 3.1.3 Vacância da Presidência da República, 439
    - 3.1.4 Atribuições do Presidente da República, 440
    - 3.1.5 Vice-presidente da República, 442
    - 3.1.6 Órgãos auxiliares do Presidente da República. Ministros. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional, 444
  - 3.2 Responsabilidade do Presidente da República: prerrogativas e imunidades do Presidente da República, 446
    - 3.2.1 Crimes de responsabilidade, 447
    - 3.2.2 Crimes comuns, 458
- 4 Poder judiciário, 463
  - 4.1 Conceito, 463
  - 4.2 Quadro de organização estrutural, 465
  - 4.3 Funções típicas e atípicas, 465
  - 4.4 Garantias do Poder Judiciário, 466
    - 4.4.1 Garantias institucionais, 467
    - 4.4.2 Garantias aos membros, 470
    - 4.4.3 Independência do Poder Judiciário e controle externo, 472
    - 4.4.4 Supremo Tribunal Federal e controle externo do Poder Judiciário, 474
  - 4.5 Organização do Poder Judiciário, 476
    - 4.5.1 Fixação de subsídios do Poder Judiciário, 477
  - 4.6 Escolha dos membros dos Tribunais Superiores, 478
    - 4.6.1 Supremo Tribunal Federal (art. 101 da CF), 478
    - 4.6.2 Superior Tribunal de Justiça (art. 104 da CF), 480
    - 4.6.3 Tribunal Superior Eleitoral (art. 118 da CF), 481
    - 4.6.4 Tribunal Superior do Trabalho (art. 111 da CF), 482
    - 4.6.5 Superior Tribunal Militar (art. 123 da CF), 482
  - 4.7 Distribuição de competências jurisdicionais, 483
    - 4.7.1 Supremo Tribunal Federal, 483
    - 4.7.2 Superior Tribunal de Justiça, 496

- 4.7.3 Justiça do Trabalho, 499
  - 4.7.4 Justiça Eleitoral, 502
  - 4.7.5 Justiça Militar, 502
  - 4.7.6 Justiça Federal, 503
  - 4.7.7 Justiça Estadual, 505
  - 4.7.8 Composição dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: Regra do “Quinto Constitucional”, 505
  - 4.8 Quadro de competência para julgamento de autoridades da República (os artigos referem-se à Constituição Federal), 506
  - 4.9 Disciplina constitucional dos pagamentos devidos pela Fazenda Pública – Regra dos precatórios judiciais, 509
  - 5 Ministério Público, 511
    - 5.1 Histórico, 511
    - 5.2 Origem e desenvolvimento no Brasil, 512
    - 5.3 Posicionamento constitucional, 516
    - 5.4 Conceito, 518
    - 5.5 Princípios do Ministério Público, 518
      - 5.5.1 Unidade, 518
      - 5.5.2 Indivisibilidade, 518
      - 5.5.3 Princípio da independência ou autonomia funcional, 518
      - 5.5.4 Princípio do promotor natural, 519
    - 5.6 Funções, 520
    - 5.7 Ministério Público e legitimidade para defesa do patrimônio público e zelo dos direitos constitucionais do cidadão, 523
    - 5.8 Garantias do Ministério Público, 524
      - 5.8.1 Garantias da instituição, 525
      - 5.8.2 Garantias dos membros, 529
    - 5.9 Vedações constitucionais, 531
    - 5.10 Exercício da política partidária, salvo as exceções previstas em lei, 531
    - 5.11 Da impossibilidade de supressão ou alteração das funções, garantias e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, 534
    - 5.12 Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, 538
  - 6 Advocacia pública, 540
  - 7 Advocacia, 541
    - 7.1 Indispensabilidade do advogado, 541
    - 7.2 Imunidade do advogado, 542
  - 8 Defensoria pública, 543
- 11 PROCESSO LEGISLATIVO, 544
- 1 Conceito, 544
  - 2 Noções gerais, 545
    - 2.1 Conceitos iniciais, 545
    - 2.2 Processos legislativos, 546
      - 2.2.1 Classificação em relação às formas de organização política, 546
      - 2.2.2 Classificação em relação à seqüência das fases procedimentais, 547
  - 3 Processo legislativo ordinário, 547
    - 3.1 Fase introdutória, 548
      - 3.1.1 Iniciativa de lei do poder judiciário, 548
      - 3.1.2 Iniciativa privativa do Presidente da República – art. 61, 549
      - 3.1.3 Emenda que aumenta a despesa em projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, 551

- 3.1.4 Vício de iniciativa e sanção, 551
- 3.1.5 Iniciativa de lei do Ministério Público, 552
- 3.1.6 Iniciativa popular de lei, 553
- 3.1.7 Iniciativa de lei para fixação de subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (teto salarial), 553
- 3.2 Fase constitutiva, 554
  - 3.2.1 Deliberação parlamentar, 555
  - 3.2.2 Deliberação executiva, 558
- 3.3 Fase complementar, 561
  - 3.3.1 Promulgação, 561
  - 3.3.2 Publicação, 562
- 4 Espécies normativas, 562
  - 4.1 Emendas constitucionais, 563
    - 4.1.1 Quadro geral sobre limitações ao poder reformador, 565
    - 4.1.2 Limitações expressas, 565
    - 4.1.3 Limitações implícitas, 568
  - 4.2 Lei complementar, 568
    - 4.2.1 Lei complementar e lei ordinária – diferenças, 569
    - 4.2.2 Processo legislativo especial da lei complementar, 570
    - 4.2.3 Hierarquia – lei complementar e lei ordinária, 570
  - 4.3 Medidas provisórias, 571
    - 4.3.1 Procedimento da medida provisória – aprovação integral, 572
    - 4.3.2 Aprovação da medida provisória pelo Congresso Nacional com alterações, 573
    - 4.3.3 Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional, 574
    - 4.3.4 Rejeição tácita da medida provisória não deliberada no prazo de 60 dias pelo Congresso Nacional, 575
    - 4.3.5 Impossibilidade de o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada, 576
    - 4.3.6 Medida provisória e lei anterior que trate do mesmo assunto, 576
    - 4.3.7 Efeitos e disciplina no caso de rejeição da medida provisória, 577
    - 4.3.8 Medidas provisórias e controle de constitucionalidade, 577
    - 4.3.9 Estados-membros e municípios – possibilidade de edição de medidas provisórias, 580
    - 4.3.10 Medida provisória e decreto-lei, 581
    - 4.3.11 Limites materiais à edição de medidas provisórias, 582
  - 4.4 Lei delegada, 587
    - 4.4.1 Natureza jurídica, 587
    - 4.4.2 Processo legislativo especial da lei delegada, 587
    - 4.4.3 O poder do Congresso Nacional de sustar a lei delegada, 589
  - 4.5 Decreto legislativo, 589
    - 4.5.1 Conceito, 589
    - 4.5.2 Processo legislativo especial previsto para a elaboração do decreto legislativo, 589
    - 4.5.3 Decreto legislativo e tratados e atos internacionais, 590
  - 4.6 Resolução, 593
    - 4.6.1 Conceito, 593
    - 4.6.2 Espécies, 593
    - 4.6.3 Processo legislativo especial para a elaboração das resoluções, 593
  - 4.7 Leis orçamentárias, 594
    - 4.7.1 Processo legislativo especial para as leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, 595

- 4.7.2 Possibilidade de apresentação de emendas aos projetos de leis orçamentárias, 596
- 4.7.3 Rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária, 596

## 12 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, 598

- 1 Idéia central, 598
- 2 Conceito, 600
- 3 Pressupostos ou requisitos de constitucionalidade das espécies normativas, 600
  - 3.1 Requisitos formais, 600
    - 3.1.1 Subjetivos, 600
    - 3.1.2 Objetivos, 601
  - 3.2 Requisitos substanciais ou materiais, 601
- 4 O descumprimento da lei ou do ato normativo inconstitucional pelo poder executivo, 601
- 5 Espécies de controle de constitucionalidade, 602
  - 5.1 Em relação ao momento de realização, 602
  - 5.2 Controle repressivo em relação ao órgão controlador, 602
    - 5.2.1 Político, 602
    - 5.2.2 Judiciário ou jurídico, 603
    - 5.2.3 Misto, 603
  - 5.3 Modelos clássicos de controle de constitucionalidade, 603
- 6 Controle preventivo, 605
  - 6.1 Comissões de constituição e justiça, 605
  - 6.2 Veto jurídico, 606
- 7 Controle repressivo de constitucionalidade, 606
- 8 Controle repressivo realizado pelo poder legislativo, 606
  - 8.1 Art. 49, V, da Constituição Federal, 606
  - 8.2 Art. 62 da Constituição Federal, 607
- 9 Controle repressivo realizado pelo poder judiciário, 607
  - 9.1 Difuso ou aberto, 608
    - 9.1.1 Questão do art. 97 – cláusula de reserva de plenário, 611
    - 9.1.2 Controle difuso e Senado Federal (art. 52, X, CF), 612
    - 9.1.3 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle difuso, 614
    - 9.1.4 Controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, 614
    - 9.1.5 Controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 617
    - 9.1.6 Supremo Tribunal Federal e controle difuso de constitucionalidade durante o processo legislativo, 619
  - 9.2 Controle concentrado ou via de ação direta, 626
- 10 Ação direta de inconstitucionalidade genérica, 628
  - 10.1 Competência, 628
  - 10.2 Objeto, 628
    - 10.2.1 Conceito de leis e atos normativos, 629
    - 10.2.2 Impossibilidade do controle de constitucionalidade das normas originárias, 631
    - 10.2.3 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal ou estadual em face das constituições estaduais, 631
    - 10.2.4 Controle concentrado de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal, 632

- 10.2.5 Controle concentrado de lei ou ato normativo distrital em face da Constituição Federal, 632
- 10.2.6 Controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição Federal, 633
- 10.2.7 Controle concentrado e respeito à legalidade, 633
- 10.2.8 Tratados internacionais e controle de constitucionalidade, 633
- 10.2.9 Controle de constitucionalidade e decretos, 635
- 10.3 Legitimação, 636
  - 10.3.1 Adin e pertinência temática, 636
  - 10.3.2 Adin e entidades de classe ou confederações sindicais, 637
  - 10.3.3 Partidos políticos com representação no Congresso Nacional, 637
  - 10.3.4 Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 638
- 10.4 Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade, 639
- 10.5 Pedido de cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade, 639
- 10.6 Ação direta de inconstitucionalidade e prazo decadencial, 641
- 10.7 Advogado-Geral da União, 641
- 10.8 Procedimento, 642
- 10.9 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade – controle concentrado, 646
  - 10.9.1 Reclamações e garantia da eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade, 651
- 11 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva, 652
- 12 Ação de inconstitucionalidade por omissão, 654
  - 12.1 Finalidade, 654
  - 12.2 Objeto, 654
  - 12.3 Inconstitucionalidade por omissão, 654
    - 12.3.1 Legitimidade e procedimento, 655
  - 12.4 Decisão do Supremo Tribunal Federal, 656
  - 12.5 Adin por omissão e medida liminar, 656
- 13 Ação declaratória de constitucionalidade, 657
  - 13.1 Previsão, 657
  - 13.2 Finalidade, 658
  - 13.3 Legitimidade, 658
  - 13.4 Objeto, 659
  - 13.5 Procedimento e julgamento, 659
  - 13.6 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, 663
- 14 Arguição de descumprimento de preceito fundamental, 664
  - 14.1 Arguição de descumprimento de preceito fundamental preventiva e repressiva, 667
  - 14.2 Arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação, 668

### 13 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS, 670

- 1 Estado de defesa e estado de sítio, 670
  - 1.1 Quadro comparativo: estado de defesa e estado de sítio, 671
- 2 Forças armadas, 674
- 3 Segurança pública, 675

### 14 ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, 678

- 1 Dos princípios gerais da atividade econômica, 678
- 2 Intervenção do Estado no domínio econômico, 680
- 3 Da política urbana, 681
  - 3.1 Competência para estabelecimento de políticas de desenvolvimento urbano, 681
  - 3.2 Usucapião constitucional de área urbana, 681

- 4 Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, 681
  - 4.1 Preceitos da política agrícola, 681
  - 4.2 Destinação das terras públicas e devolutas, 682
  - 4.3 Reforma agrária, 683
  - 4.4 Usucapião constitucional de área rural, 684
- 5 Do sistema financeiro nacional, 684
  - 5.1 Emenda Constitucional nº 40/03, 684
  - 5.2 Regulamentação por leis complementares e revogação da previsão da taxa anual de juros de 12%, 685

## 15 ORDEM SOCIAL, 686

- 1 Seguridade social, 686
  - 1.1 Parte geral, 686
    - 1.1.1 Conceito, 686
    - 1.1.2 Objetivos, 687
  - 1.2 Saúde, 687
    - 1.2.1 Conceito, 687
    - 1.2.2 Diretrizes e preceitos constitucionais relacionados à saúde, 688
    - 1.2.3 Atribuições constitucionais do Sistema Único de Saúde, 688
  - 1.3 Previdência social, 689
    - 1.3.1 Plano de previdência social, 689
    - 1.3.2 Regras sobre aposentadoria, 690
    - 1.3.3 Regra de transição de aposentadoria voluntária integral e proporcional, 691
    - 1.3.4 Regra de transição para professor, 692
    - 1.3.5 Regime de previdência privada de caráter complementar, 692
  - 1.4 Assistência social, 693
- 2 Educação, cultura e desporto, 694
  - 2.1 Educação, 694
    - 2.1.1 Conceito, 694
    - 2.1.2 Princípios constitucionais do ensino, 694
    - 2.1.3 Objetivos constitucionais da educação (art. 214 da CF), 695
    - 2.1.4 Universidades, 695
    - 2.1.5 Preceitos constitucionais sobre a educação, 695
    - 2.1.6 Organização dos sistemas de ensino, 696
    - 2.1.7 Aplicação obrigatória de recursos à educação, 697
  - 2.2 Cultura, 697
  - 2.3 Desporto, 698
    - 2.3.1 Preceitos constitucionais, 698
    - 2.3.2 Justiça desportiva, 698
- 3 Ciência e tecnologia, 698
- 4 Comunicação social, 699
  - 4.1 Comunicação social e liberdade de informação, 700
  - 4.2 Garantia constitucional do sigilo da fonte, 701
- 5 Meio ambiente, 702
  - 5.1 Constituição e proteção ao meio ambiente, 702
  - 5.2 Regras constitucionais específicas sobre meio ambiente, 704
- 6 Família, criança, adolescente e idoso, 705
  - 6.1 Conceituação, 705
  - 6.2 Regras de regência das relações familiares, 706
    - 6.2.1 Princípio da paternidade responsável e exame do DNA, 707
  - 6.3 Tutela das crianças e dos adolescentes, 707

- 6.4 Tutela aos idosos, 709
  - 6.4.1 Constituição Federal e Estatuto do Idoso, 709
  - 6.4.2 Saúde do idoso e cidadania, 710
  - 6.4.3 Estatuto do idoso e fiscalização às entidades de atendimento aos idosos, 711
  - 6.4.4 Idoso e transporte público, 711
- 7 Índios, 712

Anexo A – *Quadro comparativo dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias individuais e coletivos*, 715

Anexo B – *Quadro comparativo dos direitos sociais*, 741

Anexo C – *Quadro comparativo das prerrogativas populares (nacionalidade, cidadania e soberania)*, 753

Anexo D – *Quadro comparativo do processo legislativo*, 799

Anexo E – *Quadro comparativo da reforma previdenciária – EC nº 41/03*, 825

*Bibliografia*, 837

*Índice remissivo*, 851